

Negociação da dívida depende de garantias

Teodomiro Braga
Correspondente

WASHINGTON — Pouco mais de US\$ 1 bilhão é a principal diferença que separa o Brasil e os bancos credores na negociação da dívida externa, segundo o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. A divergência se refere às garantias exigidas pelos bancos para aceitar a conversão da dívida de médio e longo prazo com as instituições privadas, no valor de US\$ 50 bilhões, em bônus com prazo de vencimento maior e juros mais baixos. Segundo Marcílio, os bancos querem entre US\$ 3,2 bilhões e US\$ 3,5 bilhões em garantias, enquanto o governo brasileiro oferece US\$ 2,2 bilhões.

“A divergência básica se refere às garantias”, afirma Marcílio, minimizando as diferenças entre as duas partes em relação aos juros dos títulos pelos quais a dívida será trocada. O ministro diz que a negociação já está na reta final e deverá ser encerrada no primeiro trimestre de 1992. A segunda rodada de negociações neste mês entre a equipe brasileira de negociação da dívida, chefiada pelo economista Pedro Malan, e o Comitê Assessor dos Bancos Credores, começa hoje em Nova Iorque.

A divergência sobre os juros, segundo Marcílio, refere-se ao parâmetro a ser utilizado para cálculo dos rendimentos dos bônus. A proposta brasileira prevê que o cálculo seja baseado na *libor*, a taxa básica de juros do mercado de Londres, como ocorreu no acordo firmado pelo México, em 1989. A resistência dos bancos credores explica-se: a atual cotação da *libor* é de 4,56% ao ano, um dos níveis historicamente mais baixos, enquanto na época do acordo mexicano a taxa estava em 9%. Em razão dessa expressiva queda na *libor* verificada nos últimos três anos, os bancos querem que os cálculos dos juros dos títulos brasileiros se baseiem nas taxas dos títulos de 30 anos do Tesouro dos Estados Unidos, atualmente de 7,8%. “Aí é demais”, reclama o ministro Marcílio, que deixa a entender que poderá haver um acordo em torno de um índice intermediário entre as taxas da *libor* e dos títulos do Tesouro americano. Pela plano em negociação, alguns tipos de bônus propostos pelo Brasil terão juros baixos nos seis primeiros anos e rendimentos fixos a partir do sétimo — quando serão aplicados os parâmetros de juros em discussão.

Na visão de Marcílio, a questão dos juros mostra que o acordo com o Brasil será feito em condições mais favoráveis do que o assinado pelo México há três anos. Além de juros mais baixos, observa ele, o Brasil também fornecerá muito menos garantias aos bancos do que o México.